

continuado, que são vitimizadas por emergências. Mesmo com esse limite o CAD.Único em São Paulo tem em seus registros 26% das unidades familiares apontadas pelo Censo de 2010 na cidade de São Paulo. Mas esse percentual se diversifica entre os distritos. A distância do percentual entre famílias inscritas no CAD.Único por distrito é extraordinária. Em Vila Mariana seu alcance é residual, com 2,6% das famílias moradoras cadastradas. Em Parelheiros, por outro lado esse número sobe para 50,9%, portanto a maioria dos moradores são inscritos.

Do total de inscritos no CAD.Único o maior percentual está no distrito do Grajaú em 4,9%, ou 45.437 famílias cadastradas. Caso se recorra ao artifício da distribuição homogênea pelos distritos teríamos cerca de 9,6 mil famílias para cada um dos 96 distritos. Embora o Grajaú tenha o maior percentual no CAD.Único, a maior relação entre famílias cadastradas e as unidades domésticas é em Marsilac, alcançando 62,2%, onde em números absolutos o total de unidades domésticas é de 2.349. O percentual de famílias cadastradas no CAD.Único de Marsilac é 101 vezes maior que Moema que possui 34.821 unidades domésticas e somente 214 famílias no Cad. Único, ou 0,6%.

Avançar esta análise implica em que se volte a construção das diversidades interdistritais a fim de verificar se há concordância entre a precariedade do chão e a cobertura da política. O que se vai notar ao fazer uma primeira análise entre o percentual de cobertura de domicílios pelo CAD.Único em cada distrito, é que a condição de maior precariedade do chão do distrito não significa maior cobertura das famílias domiciliadas no mesmo distrito pelo CAD.Único. Note-se por exemplo, que embora Grajaú e Brasilândia tenham sido classificados como em mais graves condições de volume de pessoas em precariedade de assentamento distrital, a cobertura de CAD. Único nesses distritos é de pouco mais de 44% enquanto que em Marsilac é de 62,2% e, em São Rafael, é de 53,1%. Caso seja comparado um e outro levantamento (Diversidade e Universalidade) poderá ser constatado que o ritmo do CAD.Único não se orienta pela leitura de demandas distritais. Isto significa que adotar o CAD.Único como base para a universalidade da demanda vai exigir que seja delineada uma política territorializada da cobertura do CAD.Único em todos os distritos da cidade.